

## **Proposta de Formulário para fiscalização de Instituições de Acolhimento para PCDs é apresentado no GT7**

### **CAOP Informa**

Postado em: 02/12/2019

No dia 6 de novembro de 2019, em Reunião do Grupo de Trabalho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (GT7) – que compõe a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) –, do qual a Promotora de Justiça atuante neste Centro de Apoio, Melissa Cachoni Rodrigues, participa como membro colaboradora, foi apresentada proposta de formulário para fiscalização de Instituições de Acolhimento para Pessoas com Deficiência.

No dia 6 de novembro de 2019, em Reunião do Grupo de Trabalho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (GT7) - que compõe a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) -, do qual a Promotora de Justiça atuante neste Centro de Apoio, Melissa Cachoni Rodrigues, participa como membro colaboradora, foi apresentada proposta de formulário para fiscalização de Instituições de Acolhimento para Pessoas com Deficiência. O formulário foi desenvolvido em conjunto, por Grupos de Trabalho organizados no âmbito do MPPR e do MPMA, que contaram com participação de equipes jurídica e multidisciplinar. No MPPR, compuseram a equipe multidisciplinar profissionais da 1ª URATE/CAEx e o Engenheiro do CAOIPCD. Assim, além do formulário principal do Promotor(a) de Justiça, com o fim de alcançar maior amplitude no esforço fiscalizatório, foram também propostos mais três documentos: planilha de informações mais detalhadas a ser preenchida pela instituição fiscalizada e entregue posteriormente ao Promotor(a) de Justiça; formulário para aferição de acessibilidade a ser aplicado por Engenheiro/Arquiteto; e formulário para avaliar os processos de trabalho, as dinâmicas de funcionamento e a articulação da instituição com a rede de proteção, a ser aplicado por Equipes Técnicas (Assistente Social/Pedagogo/Psicólogo). Paralelamente, foram apresentadas contribuições à proposta do Manual de Atuação Funcional, o qual também está sendo elaborado com o intuito de auxiliar os Agentes Ministeriais na execução dessa importante atribuição.